



## **LEI ORDINÁRIA Nº 939**

*de 25 de setembro de 1998*

### **DISPÕE SOBRE OS ATOS DE LIMPEZA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*DR. MÁRCIO CAMPOS MONTEIRO, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 22 de Setembro de 1998, aprovou e eu promulgo a seguinte:*

#### **Capítulo I.**

##### **DA FINALIDADE**

**Art. 1º..** *Constituem atos lesivos à limpeza urbana:*

**I.** *depositar ou lançar papéis, latas, restos ou lixo de qualquer natureza, fora dos recipientes apropriados, em vias, calçadas e demais logradouros públicos, causando danos à conservação da limpeza urbana.*

**II.** *depositar, lançar ou atirar, em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificadas ou não, resíduos sólidos de qualquer natureza;*

**III.** *sujar logradouros ou vias públicas, em decorrência de obras ou desmatamentos;*

**IV.** *depositar, lançar ou atirar em riachos, córregos, lagos, rios ou às suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo à limpeza urbana ou ao meio ambiente.*

#### **Art. 2º..**

*Os mercados, supermercados, matadouros, açougues, peixarias e estabelecimentos similares, deverão para esse fim, dispor os em local a ser determinado para recolhimento.*

**Art. 3º..** Os bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e outros estabelecimentos de venda de alimentos para consumo imediato serão dotados de recipientes de lixo, colocados em locais visíveis e de fácil acesso ao público em geral.

**Art. 4º..**

Nas bancas, instaladas em vias ou logradouros públicos, onde haja a venda de gêneros alimentícios, produtos hortifrutigranjeiros ou outros de interesse do ponto de vista do abastecimento público, é obrigatória a colocação de recipientes de recolhimento de lixo em local visível e acessível ao público, em quantidade de um recipiente por banca instalada.

**Art. 5º..** Os vendedores ambulantes e veículos de qualquer espécie, destinados à venda de alimentos de consumo imediato, deverão ter recipiente de lixo neles fixados ou colocados no solo a seu lado.

**Art. 6º..** Todas as empresas que comercializem agrotóxicos fitossanitários, terão responsabilidade sobre os resíduos por eles produzidos, seja em sua comercialização ou seu manuseamento.

**Art. 7º..**

A Prefeitura Municipal de Jardim-MS, juntamente com a comunidade organizada, desenvolverá uma política de ações diversas que visem a conscientização da população sobre a importância da adoção de hábitos corretos em relação à limpeza urbana.

**Parágrafo único. .** Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo deverá:

**I.** realizar regularmente programas de limpeza urbana priorizando mutirões em dias de faxina no município;

**II.**

promover periodicamente campanhas educativas através dos meios de comunicação de massa;

**III.** *realizar palestras e visitas às escolas, promover mostras itinerantes, apresentar audiovisuais, editar folhetos e cartilhas explicativas;*

**IV.** *desenvolver programas de informação, através da educação formal e informal, sobre materiais recicláveis e materiais biodegradáveis;*

**V.**

*celebrar convênios com entidades públicas ou particulares, objetivando a viabilização das disposições previstas neste artigo.*

**Art. 8º..** *O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei, expedirá regulamentação sobre os valores financeiros e aplicação de multas aos infratores da mesma.*

**Art. 9º..** *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*DE, 25 DE SETEMBRO DE 1998*

**DR. MÁRCIO CAMPOS MONTEIRO**

*Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 939/1998 - 25 de setembro de 1998*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*